



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
Trabalhando pelo povo!

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

I - RELATÓRIO

Chegou a esta Comissão de Constituição e Justiça o processo referente ao julgamento das Contas de Governo do Município de Pedra Branca, relativas ao exercício financeiro de 2024, sob a responsabilidade do ex-Prefeito Sr. Josemário Bastos de Souza.

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba emitiu o **Parecer Prévio PPL-TC 00164/25**, opinando pela aprovação das contas com ressalvas, sem imputação de débito ou aplicação de multa ao gestor.

A Comissão de Finanças e Orçamento, no exercício de sua competência técnica, opinou pela aprovação das contas, acompanhando integralmente o parecer da Corte de Contas.

Compete a esta Comissão examinar a constitucionalidade, legalidade e juridicidade do procedimento de julgamento e do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
Trabalhando pelo povo!

Nos termos do art. 31, §1º, da Constituição Federal, o controle externo do Município é exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

A Lei Orgânica Municipal estabelece que compete privativamente à Câmara apreciar e julgar as contas do Prefeito no prazo máximo de 60 dias, a contar do recebimento do parecer prévio.

Ainda conforme o art. 94, §1º, da Lei Orgânica Municipal, o parecer prévio do Tribunal de Contas somente poderá ser rejeitado por decisão de dois terços dos membros da Câmara.

No caso concreto:

- O processo foi regularmente encaminhado pelo TCE/PB;
- Foi assegurada tramitação na Comissão de Finanças e Orçamento;
- Foi elaborado Projeto de Decreto Legislativo conforme exigência regimental ;
- Não há vícios formais, constitucionais ou regimentais no procedimento adotado.

Quanto ao mérito técnico-contábil, esta Comissão limita-se à análise da juridicidade do ato, sendo a análise técnica de competência da Comissão de Finanças e Orçamento e do próprio Tribunal de Contas.

Observa-se que o Projeto de Decreto Legislativo está formalmente adequado, encontra



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
Trabalhando pelo povo!

respaldo na Lei Orgânica e no Regimento Interno, e atende ao devido processo legislativo.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça:

OPINA PELA
CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE do Projeto de Decreto Legislativo que aprova as contas do Prefeito Municipal de Pedra Branca, relativas ao exercício financeiro de 2024, acompanhando o Parecer Prévio PPL-TC 00164/25 do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

Joaquim Nazário da Silva Neto

Presidente/Relator

Damião Romão Lopes da Silva

Membro

Manoel Murilo Dantas da Silva

Membro